



## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO:** Comissão Permanente de Licitação.

**ASSUNTO:** 3º Termo Aditivo – Valor (Contrato nº 002.1/2021-PMI-TP).

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para construção de 24 boxes no complexo de feiras e mercados no município de Igarapé-Miri.

### **I - RELATÓRIO**

Trata o presente parecer sobre consulta formulada pela Comissão Permanente de Licitações, acerca da Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 002.1/2021-PMI-TP para o acréscimo do quantitativo desejado, realizada pela Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, neste ato representada pelo Sr. Roberto Pina Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 123.643.122-72 e a Construtora LUMEM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 39.249.754/0001-15, neste ato representada legalmente pelo Sr. LEILSON COSTEIRA DE MORAES, inscrito no CPF sob o nº 000.476.802-70.

O processo administrativo, depois de percorrer os caminhos necessários, veio a esta Assessoria, para atender ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

É o brevíssimo relatório

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Verifica-se, pela análise do processo, que visa a Administração aditar o Contrato 002.1/2021-PMI-TP, tendo por objeto alterar o valor contratual previsto na CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS, VALOR E PAGAMENTO, com fulcro no art. 65, inciso I, alínea "a" do mesmo dispositivo, da Lei Federal nº 8.666/1993, através do aditamento qualitativo e quantitativo contratual, acrescer o valor de R\$ 88.596,26 (oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos).



## II.1 Do aditivo contratual e dos acréscimos

Em princípio, faz-se relevante destacar algumas considerações sobre o princípio da instrumentalidade das formas, haja vista que da mesma forma como o contrato principal foi celebrado deve o seu aditivo observar o mesmo procedimento, mormente porque as exigências de forma, de procedimento, de competência e de finalidade, devem ser observadas sempre, haja vista que a atuação da Administração Pública está sempre orientada ao atendimento do interesse público.

Assim, a Administração sempre está subordinada ao direito público no que se refere ao motivo, finalidade, competência, forma e procedimento de seus contratos. E os Termos Aditivos não fogem à regra.

O contrato administrativo corresponde, pois, ao contrato firmado pela Administração, segundo normas de direito público, com o propósito de solver a necessidade e o interesse público.

Para uma melhor satisfação do interesse público, a Lei nº 8.666/93 permite que a Administração, utilizando-se da prerrogativa que lhe assegura o artigo 65, inciso I, alínea a, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, venha a modificá-lo, unilateralmente, respeitando é claro os direitos contratados, devendo respeitar os limites impostos pela norma legal tanto para supressão quando para acréscimos nos contratos, senão vejamos:

Art. 65 - Os contratos regidos por essa lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

§1º - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamentos, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (grifo nosso).

Admite, portanto, que a Administração introduza alterações (acréscimos ou supressões) que acarretem modificação de até 25% no valor inicial do contrato, quando se tratar de obras, serviços ou compras; quando se tratar de reforma de edifício ou equipamento, o limite será de 50%.



Portanto, facultado ao Poder Público proceder à alteração do contrato administrativo, nas hipóteses previstas na legislação, podendo fazê-lo de forma unilateral ou mediante acordo com o particular contratado.

Importante destacar que o aumento presente deve ser devidamente justificado por parte da administração e com base nisso, foi juntado o relatório da engenheira Gláucia Melina, a qual se manifestou favorável pelo aditivo no percentual de 11,38% (onze virgula trinta e oito por cento), bem como a planilha orçamentaria.

Analisando os autos, constata-se que a administração já concedeu o primeiro aditivo de quantitativo no percentual de 6,47% (seis virgula quarenta e sete por cento). A soma dos percentuais em questão perfaz o percentual de 17,85% (dezessete virgula oitenta e cinco por cento), ou seja, dentro da margem autorizada pela legislação.

Acerca das alterações no projeto, é válido registrar que não cabe a este órgão jurídico ingerir-se no mérito do ato administrativo, avaliando a conveniência e oportunidade da alteração contratual que se pretende realizar, eis que sua atuação está previsto no parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93.

Assim, no desempenho da função de assessoramento deste órgão, cumpre-nos alertar à autoridade Administrativa sobre a importância da devida motivação de seus atos, na medida em que recairá sobre esta a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento quantitativo e das alterações do projeto proposto.

Assim, o acréscimo está dentro do limite permitido pela legislação, o que representa uma economia para o município.

Essa Assessoria ressalta que deve o gestor do contrato, a quem compete acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, deve sempre justificar em relação aos aumentos de quantitativo e propostas de alteração dos projetos, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **II.2 Da motivação**

A Administração não deve fazer nem mais nem menos do que o necessário para atingir a finalidade legal.



A finalidade é inerente ao princípio da legalidade, nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello, consiste na aplicação da lei tal como ela é, ou seja, na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada.

Trazendo essas ideias para o âmbito das contratações, verifica-se que a mera autorização legal para a aquisição de certos produtos ou a possibilidade de prorrogação, por exemplo, não se justifica quando se percebe que não são mais necessários ou existam outros meios legais para a execução do serviço.

E como a Administração sempre está subordinada ao direito público no que se refere ao motivo, finalidade, competência, forma e procedimento de seus contratos, não há como destoar desses elementos essenciais.

Diante dessas considerações, a supremacia do interesse público deve estar na lei que fundamenta o agir da Administração. E sempre há a necessidade de motivação, não basta haver previsão legal para que se realize um ato administrativo. Os pressupostos táticos previstos na lei devem estar presentes.

Salienta-se que a realização do presente termo aditivo se encontra motivada por intermédio do parecer da engenharia, a qual fica demonstrada a necessidade do presente aditivo contratual, que pretende modificar o valor contratual em decorrência do quantitativo de seu objeto.

Assim, quando o Administrador pratica seus atos, deve expor as circunstâncias fáticas para justificar a subsunção à autorização legal. Com isso, garante-se transparência à Administração pública, permitindo um melhor controle, inclusive quando de eventual apreciação pelo Poder Judiciário.

A orientação da Assessoria Geral se destina ao controle de legalidade dos atos da Administração, e não à substituição da deliberação dos gestores. Cabe a estes a apreciação dos motivos consignados no processo como sendo suficientes, ou não, a fundamentar o ato que se pretende produzir, que no presente processo trata-se de modificação do valor contratual em razão de diminuição/acréscimo quantitativo do objeto.

Nessa esteira de entendimento, verifico que os documentos autuados no processo precisam ser complementados pelo projeto complementar para que os Gestores emitam a Justificativa e autorizem o presente aditivo, conforme se verifica dos documentos supracitados.



### III – PARECER

O texto da minuta em análise, sob o ângulo jurídico/formal, guarda conformidade com as exigências legais preconizadas para os instrumentos da espécie, em especial a Lei nº. 8.666/93.

Diante do exposto, após análise do caso em tela, e conforme determina no artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, esta Assessoria Geral, aprova a minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002.1/2021-PMI-TP, para o acréscimo do quantitativo desejado, tudo com a observância dos princípios administrativos aplicáveis à espécie.

Ressalta-se que o **PARECER** supra deve ser tratado como escorço jurídico para avaliação dos fatos narrados nos documentos ventilados nesta Assessoria Jurídica, não havendo qualquer vinculação a decisão administrativa discricionária a ser tomada por Vossa Senhoria.

É o nosso entendimento e parecer,  
Salvo Melhor Juízo.

Igarapé-Miri/PA, 12 de junho de 2023.

**Thiago Júnior Ramos**  
Assessor Jurídico